

# Renegociar, mas com empréstimo

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

A próxima renegociação da dívida externa não pode ser feita sem a obtenção de novos empréstimos, como já sugeriu o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, porque inevitavelmente amarrará o próximo governo à mesma política recessiva atual, comprometida basicamente com a obtenção de elevados saldos comerciais para pagar os juros aos bancos credores.

A advertência foi feita, ontem, pelo professor Dércio Garcia Munhoz, coordenador da parte econômica da proposta de governo do candidato oposicionista à presidência da República, Tancredo Neves. Na sua opinião, é uma verdadeira vergonha que as autoridades econômicas se acomodem aos interesses dos banqueiros credores, que batem o pé no sentido de não mais conceder dinheiro ao País, e ainda exigem receber o pagamento integral da parte dos juros.

Pelas projeções de Munhoz, em 1985, o Brasil deve pagar pelo menos US\$ 14 bilhões de juros da dívida. E isso significa, conforme analisou, transferência líquida de recursos para o Exterior, na medida em que não há contrapartida de empréstimos novos. As consequências sociais são previsíveis, advertiu Munhoz, porque o País continuará sem condições de absorver o contingente de 1,5 milhão de pessoas que entram anualmente no mercado de trabalho.

Para o coordenador econômico da candidatura Tancredo Neves, também a renegociação plurianual, parcialmente consentida pelos bancos credores, não satisfaz. "Isso significa a rolagem do pagamento das amortizações, mas já vem sendo feito. O importante, mesmo, são os juros, e esses os banqueiros estão querendo receber integralmente, e o atual governo está-se acomodando a essa exigência", sublinhou.

Com Munhoz concorda o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra, que no governo Médici trabalhava com um endividamento externo de US\$ 10 bilhões. Paulo Lyra entende que só há uma maneira de o País crescer de acordo com suas necessidades, à taxa de 7,5%, para absorver os desempregados e dar melhores condições de vida ao povo: "É só por meio de desengajamento do Brasil do sistema financeiro internacional, por um período de cinco anos, durante o qual capitalizaremos os juros, e a partir do sexto ano pagaremos juros e principal", explicou.

Tanto Munhoz como Lyra e o senador Severo Gomes — PMDB-SP — assinalaram que a posição das autoridades econômicas brasileiras mudou, recentemente, nos Estados Unidos: até a viagem, Delfim e Galvães falavam na necessidade de um empréstimo de US\$ 3 bilhões. Isso proporcionaria um relativo fôlego para o País recuperar-se, na medida em que aumentaria as importações e a retomada do desenvolvimento econômico seria facilitada. Na volta ao Brasil, já procuraram adequar-se às exigências dos banqueiros, o que significa manter o País na recessão.